

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Obitório de São Paulo

Class.: 27

Data: 12.08.81

Pg.: _____

**Núncio recebe carta da
Funai contra religiosas**

Em carta enviada ao núncio apostólico, d. Carmine Rocco, em Brasília, o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, acusa as missionárias que trabalham com os índios tapirapés — Irmãzinhas de Jesus — de estar orientando os índios para que eles consigam anexar à reserva dois pastos da fazenda Tapiraguaiá e uma área da mesma fazenda onde vivem 18 famílias de colonos. Nobre da Veiga pede a intermediação da Nunciatura para resolver esse problema e ameaça abandonar as negociações com os índios se não houver um acordo com base na última proposta feita pela Funai.

O presidente da Funai informa ao núncio que os índios tapirapés e carajás vivem na foz do rio Tapiraguaiá, "convivendo sem litígio com colonos que estão na região desde 1960". Neste ano, a empresa Tapiraguaiá doou aos indígenas 9.230 hectares que não chegaram a ser registrados. Desde então, a Funai, de acordo com a carta, "vem mantendo entendimento com os índios para fazer a demarcação da reserva e não tem conseguido chegar a um acordo". Segundo Nobre da Veiga, "a área já foi aumentada para 60.250 hectares, mas, orientados pelas Irmãzinhas, eles insistem em incluir duas pastagens da fazenda — 350 hectares — e querem, ainda, expulsar, os colonos que ocupam uma área de 3.900 hectares".

Nobre da Veiga explica que a Funai concorda apenas em demarcar 60 mil hectares para os índios, sem incluir as outras duas áreas reivindicadas e pede ao núncio que "adote todas as ações julgadas oportunas e que num clima cristão se resolva o problema dos índios e não índios".

SOLIDARIEDADE

Subscrito por 17 entidades ligadas à Igreja e ao indigenismo, entre elas o Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra e a Associação Brasileira de Antropólogos, foi divulgado ontem, em Goiânia, um manifesto de solidariedade aos índios tapirapés. As entidades dizem que a terra reivindicada pelos índios "é sua de pleno direito, e por eles demarcada com agrimensor".

Por isso, rejeitam, "como sendo uma solução genocida, a decisão do governo de entregar parte da terra à fazenda Tapiraguaiá, do Grupo Medeiros, de São Paulo, e de assentar definitivamente dentro dessa área indígena algumas famílias de lavradores". Para as entidades, "essa decisão arbitrária violenta frontalmente o direito anterior, garantido pela Constituição brasileira e pelo Estatuto do Índio, que o povo tapirapé possui sobre a terra do seu habitat de sobrevivência física e cultural".